

## SUMÁRIO

<i>Prefácio à 2ª edição</i> .....	11
-----------------------------------	----

### *Capítulo I – TEORIA GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO*

<b>1.1 Conceitos fundamentais</b> .....	13
1.1.1 Processo .....	15
1.1.2 Procedimento .....	17
1.1.3 Processo administrativo ou procedimento .....	18
1.1.4 Processo e procedimento no Direito Tributário .....	22
1.1.5 Tributo .....	26
<b>1.2 Processo administrativo tributário – Aspectos fundamentais</b> ..	29
1.2.1 Atividade judicante ou de jurisdição na Administração ...	32
1.2.2 Sistemas de jurisdição: una ou dupla .....	35
1.2.3 Sistemas de jurisdição no direito comparado .....	38
1.2.4 O processo administrativo tributário como direito constitucional do contribuinte .....	40
1.2.5 Princípios aplicáveis ao procedimento e processo administrativo tributário	
1.2.5.1 Conceito .....	49
1.2.5.2 Princípio da legalidade .....	51
1.2.5.3 Princípio da igualdade .....	53
1.2.5.4 Princípio da oficialidade .....	54

1.2.5.5	Princípio do informalismo ou do formalismo moderado.....	55
1.2.5.6	Princípio da verdade material .....	58
1.2.5.7	Princípio do devido processo legal .....	60
1.2.5.8	Princípio do contraditório e ampla defesa .....	61
1.2.5.9	Princípio da presunção de legitimidade .....	65
1.2.5.10	Princípio da preclusão.....	65
1.2.6	<i>Processo administrativo tributário: seu uso facultativo, suas vantagens e desvantagens e desistência da lide</i>	
1.2.6.1	Uso facultativo do processo administrativo .....	70
1.2.6.2	Vantagens do processo administrativo tributário..	72
1.2.6.3	Desvantagens do processo administrativo tributário.....	77
1.2.6.4	Desistência do litígio na esfera administrativa em razão da propositura de ação judicial sobre o mesmo objeto – Sua relativização no contexto..	79
1.2.7	<i>Capacidade postulatória no processo administrativo ....</i>	84
1.2.8	<i>Depósito para garantia de instância – Sua inconstitucionalidade .....</i>	86
1.2.9	<i>Preparação do processo administrativo tributário</i>	
1.2.9.1	Recepção da impugnação e a conferência dos documentos .....	92
1.2.9.2	Manifestação da autoridade lançadora.....	94

## **Capítulo II – NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

### **2.1 Fontes normativas do processo administrativo tributário**

2.1.1	Fundamentos conceituais .....	98
2.1.2	Inexistência de legislação consolidada.....	100
2.1.3	A legislação esparsa.....	101
2.1.4	A importância da codificação da legislação processual tributária .....	103

<i>2.1.5 A lei processual: sua instrumentalidade e interpretação ...</i>	105
<i>2.1.6 Legislação processual no direito intertemporal.....</i>	109
2.1.6.1 A aplicação da lei nova em processos pendentes ..	110
2.1.6.2 Os recursos na mudança da lei processual.....	111
<i>2.1.7 Prazos no processo administrativo tributário .....</i>	113

### **Capítulo III – OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS: COMPOSIÇÃO E FUNCIONALIDADE**

<b>3.1 Disposições gerais .....</b>	115
<b>3.2 Competência dos órgãos de julgamento administrativo para afastar aplicação de norma tributária inconstitucional.....</b>	117
<b>3.3 Efeitos da decisão do órgão de julgamento administrativo ....</b>	129
3.3.1 <i>Decisão definitiva (administrativa) e coisa julgada (judicial) .....</i>	131
3.3.2 <i>Efeito vinculante das decisões dos tribunais administrativos para a Administração .....</i>	132
<b>3.4 Publicidade das sessões de julgamento x sigilo fiscal .....</b>	139
<b>3.5 Os requisitos estruturais da decisão .....</b>	141
3.5.1 <i>Relatório .....</i>	142
3.5.2 <i>Motivação .....</i>	142
3.5.3 <i>Dispositivo .....</i>	147
<b>3.6 Abrangência material da decisão .....</b>	147
3.6.1 <i>Decisão de ofício: recurso intempestivo e matéria não aduzida pela defesa .....</i>	148
3.6.2 <i>Decisões extra ou ultra petita em processo fiscal.....</i>	152
3.6.3 <i>Reformatio in pejus no processo administrativo tributário .....</i>	154
3.6.4 <i>Da possibilidade de reclassificação da multa do lançamento pelo julgador .....</i>	159
3.6.5 <i>A aplicação da equidade .....</i>	161
3.6.6 <i>Inexatidões e erros materiais nas decisões .....</i>	162

<b>3.7 Súmulas</b> .....	164
<b>3.8 O julgador nos tribunais administrativos</b> .....	166
<b>3.9 O exaurimento do processo administrativo para a denúncia crime</b> .....	170

#### *Capítulo IV – PROVAS*

<b>4.1 Noções conceituais</b> .....	176
<b>4.2 Avaliação da prova em matéria tributária</b> .....	179
<b>4.3 Meios de prova</b> .....	183
4.3.1 Confissão .....	184
4.3.2 Prova documental .....	186
4.3.3 Prova emprestada .....	190
4.3.4 Prova testemunhal .....	194
4.3.5 Prova por meio de presunção legal .....	196
4.3.5.1 Suprimento de caixa .....	198
4.3.5.2 Ativo oculto ou passivo fictício .....	200
4.3.5.3 Presunção de venda através do controle quantitativo de mercadorias .....	201
4.3.6 Prova pericial .....	203
4.3.7 Diligências .....	204
4.3.8 Prova indireta ou indiciária .....	206
4.3.9 Ônus da prova x presunção de legitimidade .....	207
4.3.10 Provas ilícitas .....	214

#### *Capítulo V – LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO*

<b>5.1 Anotações introdutórias</b> .....	216
<b>5.2 Conceito</b> .....	219
<b>5.3 Lançamento por processo eletrônico</b> .....	224
<b>5.4 Competência privativa para lançar</b> .....	225
<b>5.5 Eficácia declaratória ou constitutiva do lançamento</b> .....	228

<b>5.6</b>	<b><i>O lançamento e a vigência da legislação no tempo</i></b> .....	229
<b>5.7</b>	<b><i>Notificação do lançamento para efeitos jurídicos</i></b> .....	233
<b>5.8</b>	<b><i>A responsabilização solidária no lançamento e o direito ao contraditório e defesa em processo administrativo tributário</i></b> .....	234
<b>5.9</b>	<b><i>Lançamento, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário</i></b> .....	240
<b>5.10</b>	<b><i>Lançamento x medidas judiciais</i></b> .....	242
<b>5.11</b>	<b><i>Constituição definitiva do crédito tributário como início do prazo prescricional</i></b> .....	246
<b>5.12</b>	<b><i>Modalidades de lançamento</i></b> .....	251
5.12.1	<i>Lançamento de ofício ou direto</i> .....	252
5.12.2	<i>Lançamento por declaração ou misto</i> .....	253
5.12.3	<i>Lançamento por homologação</i> .....	253
<b>5.13</b>	<b><i>Alteração do lançamento</i></b> .....	259
<b>5.14</b>	<b><i>A revisão do lançamento tributário de ofício (CTN, art. 149)</i></b> ....	264
5.14.1	<i>Revisão do lançamento ou do procedimento fiscal?</i> ...	267
5.14.2	<i>Revisão do lançamento por erro de direito ou erro de fato</i> .....	270
5.14.3	<i>Impossibilidade de revisão de lançamento em razão da modificação de critério jurídico da autoridade administrativa</i> .....	280
<b>5.15</b>	<b><i>Reemissão do lançamento cancelado por vício formal, com a reabertura do prazo decadencial, segundo o art. 173, II, do CTN</i></b> .....	283
5.15.1	<i>Vício formal</i> .....	286
5.15.2	<i>Incompetência da autoridade notificante como vício formal de lançamento</i> .....	289
5.15.3	<i>Nossa posição sobre o tema</i> .....	291

## **Capítulo VI – PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS**

<b>6.1</b>	<b><i>Aspectos gerais</i></b> .....	295
------------	-------------------------------------	-----

<b>6.2</b>	<b><i>Termos de fiscalização e o benefício da espontaneidade</i></b> .....	299
<b>6.3</b>	<b><i>Intimações</i></b> .....	310
<b>6.4</b>	<b><i>Intimação para apresentação de documentos extrafiscais</i></b> .....	314
<b>6.5</b>	<b><i>Prazo para guarda de documentos e livros fiscais</i></b> .....	317
<b>6.6</b>	<b><i>Sigilos fiscal e bancário</i></b> .....	319
<b>6.7</b>	<b><i>Sigilo de dados</i></b> .....	325
<b>6.8</b>	<b><i>Desconsideração dos atos ou negócios jurídicos (parágrafo único do art. 116 do CTN)</i></b> .....	327
<b>6.9</b>	<b><i>Fiscalização de mercadorias em trânsito e suspensão do benefício da espontaneidade</i></b> .....	332
<b>6.10</b>	<b><i>Termo aditivo de correção de lançamento tributário</i></b> .....	334
<b>6.11</b>	<b><i>Procedimento de fiscalização e a relação fisco x contribuinte</i></b> ..	335
<b>6.12</b>	<b><i>Providências pós-ação fiscal</i></b> .....	337

### **Capítulo VII – AS INVALIDADES DOS ATOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

<b>7.1</b>	<b><i>Anotações gerais e introdutórias</i></b> .....	339
<b>7.2</b>	<b><i>Ato nulo</i></b> .....	344
<b>7.3</b>	<b><i>Ato anulável</i></b> .....	344
<b>7.4</b>	<b><i>Ato irregular</i></b> .....	345
<b>7.5</b>	<b><i>Convalidação</i></b> .....	345

### **Capítulo VIII – DA CONSULTA TRIBUTÁRIA**

<b>8.1</b>	<b><i>Anotações introdutórias</i></b> .....	347
<b>8.2</b>	<b><i>Os efeitos da consulta diante das obrigações tributárias</i></b> .....	351
<b>8.3</b>	<b><i>Interessada legítima para formular consulta</i></b> .....	356

<b>Bibliografia</b> .....	357
---------------------------	-----